

O 5 DE OUTUBRO DE 1910 NA IMPRENSA DA CIDADE DE BRAGA

Maria Zara Simões Pinto Coelho

(Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade/Universidade do Minho)

Com base nos resultados desta investigação, pretendo neste capítulo dar conta dos traços gerais da imprensa publicada na cidade e das suas reacções à chegada da República e ao primeiro trimestre de governação republicana. Acompanhando a tendência nacional, vivia-se em Braga uma intensa dinâmica no campo jornalístico. A cidade tinha à disposição um conjunto significativo de periódicos, que apresentavam traços do jornalismo de informação geral, a que estamos hoje tão habituados, em confluência com traços políticos e combativos, revelando assim um cariz misto, uma característica comum no jornalismo da época (Tengarrinha, 1989; Sousa, s/d). Este intenso movimento jornalístico não nos deve fazer esquecer, no entanto, que a maioria dos cidadãos do distrito de Braga era analfabeta. Este indicador mostra que apenas os privilegiados poderiam participar nesse movimento, quer como leitores, quer como produtores de informação. Politicamente, predominavam as atitudes de reacção, de defesa da tradição e até de imobilismo. Como nos diz Meniz Malheiro, “em Braga não havia canto que não cheirasse a sacristia, a cacete miguelista” (1933:30). No entanto, sentiam-se em Braga alguns sinais de evolução, dos quais destacamos o intenso movimento operário (Mónica, 1979; Cabral, 1979) e o movimento republicano, com uma sede do Partido na cidade desde 1906.

A imprensa da cidade de Braga, à semelhança do jornalismo português da época, vivia e ecoava as tensões sociais do momento, marcado pelo confronto e pela radicalização das forças políticas e religiosas. Mas que forças eram essas? Como reagiram os jornais perante uma mudança estrutural tão prometida, por um lado, e face à República debutante sob o signo da ameaça monárquica, por outro? Terá Braga reagido de pronto ao toque de Lisboa? Terá a imprensa de Braga reagido de uma forma uníssona? Partindo dos resultados da análise de conteúdo (Bardin, 1988) que fizemos, respondemos em seguida a estas questões, não sem antes dar conta de algumas das características do tipo de jornais produzidos à época na cidade de Braga.



Pendão da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras de Braga.

Ilustração Católica,
8 de Novembro de 1913.

OS JORNAIS DA ÉPOCA

Segundo a nossa pesquisa, no período compreendido entre 5 de Outubro e 31 de Dezembro de 1910, eram oito os títulos existentes e em publicação efectiva na cidade de Braga. Classificamos os periódicos como sendo de informação geral, pois apesar da sua natureza política ou religiosa forneciam também informação sobre a actualidade. Quanto à periodicidade, registamos a presença de seis semanários, um trissemanário e um bissemanário (ver Quadro 1).

QUADRO 1 – JORNAIS DA CIDADE DE BRAGA		
Título	Periodicidade	Tipo de publicação
<i>O Amigo da Religião</i>	Semanário	Jornal de informação geral
<i>O Bracarense</i>	Semanário	Jornal de informação geral
<i>O Combate</i>	Semanário	Jornal de informação geral
<i>O Comércio do Minho</i>	Trissemanário	Jornal de informação geral
<i>O Correio do Norte</i>	Bissemanário	Jornal de informação geral
<i>Notícias do Norte</i>	Semanário	Jornal de informação geral
<i>A Opinião</i>	Semanário	Jornal de informação geral
<i>O Radical</i>	Semanário	Jornal de informação geral

Não existiam, portanto, diários, à imagem do que acontecia no resto do país, com a excepção dos grandes centros, Lisboa e Porto. A análise da dimensão dos jornais (número de páginas e número de colunas) mostra que sete dos títulos apresentam um formato grande (de quatro a cinco colunas por página), sensivelmente semelhante aos actuais tablóides. Todos os periódicos indicam na primeira página, nos respectivos cabeçalhos, os nomes dos proprietários, do director e do editor, o lugar da sede da administração e da redacção, o número da série e do ano, o local de impressão (quatro dos oito jornais têm tipografia própria), e a sua missão, ou linha e acção política defendidas.

Relativamente ao regime de propriedade, como se pode ver no Quadro 2, a maioria dos jornais estava nas mãos de particulares. De notar que dois semanários, *O Combate* e o *Notícias do Norte*, sofrem uma mudança de regime de propriedade no período a seguir à revolução. Antes deste acontecimento, o *Combate* era órgão do Partido Nacionalista no distrito de Braga, pertencendo, por isso, à Empresa do Combate; após a implantação do regime republicano, passou para as mãos de um particular. Com o *Notícias do Norte*, a situação é inversa. Segundo Oliveira Marques (1978), a Igreja suportava financeiramente quatro destes periódicos, a saber: *O Comércio do Minho*, *A Opinião*, *O Amigo da Religião* e *O Bracarense*.

Quanto ao período de publicação, o Quadro 3 mostra que a idade dos jornais varia entre os 61 (*O Bracarense*) e os quatro anos (*O Correio do*

QUADRO 2 – JORNAIS DE BRAGA: REGIME DE PROPRIEDADE	
Título	Regime de propriedade
<i>O Amigo da Religião</i>	Sociedade
<i>O Bracarense</i>	Particular
<i>O Combate</i>	Sociedade
<i>O Comércio do Minho</i>	Particular
<i>O Correio do Norte</i>	Particular
<i>Notícias do Norte</i>	Sociedade
<i>A Opinião</i>	Particular
<i>O Radical</i>	Particular

Norte). Seis dos títulos remontam à segunda metade do século XIX. Apenas três jornais apresentam uma publicação regular. Nas interrupções referenciadas, sabemos que a interrupção de *O Combate* entre Outubro e Novembro de 1910 foi determinada por ordem das autoridades administrativas republicanas sob a acusação de conspiração.

QUADRO 3 – JORNAIS DE BRAGA: PERÍODO DE PUBLICAÇÃO		
Título	Período de publicação	Interrupções de edições
<i>O Amigo da Religião</i>	1888-1921	Sem interrupções
<i>O Bracarense</i>	1855-1916	1862 a 1864; 1870 a 1899
<i>O Combate</i>	1894-1911	1896 a 1910; 20/09/1910 a 20/10/1910; 20/10/1910 a 17/11/1910
<i>O Comércio do Minho</i>	1873-1922	Sem interrupções
<i>O Correio do Norte</i>	1907-1911	04/10/1910 a 18/10/1910
<i>Notícias do Norte</i>	1903-1921	1907 a 1910; 1915 a 1919
<i>A Opinião</i>	1898-1920	Sem interrupções
<i>O Radical</i>	1898-1911	30/09/1910 a 19/11/1910

Importa ainda referir a linha e acção política destes periódicos, no período imediatamente antes e depois da revolução, apresentada no Quadro 4, feito com base na informação dada na primeira página de cada periódico.

QUADRO 4 – JORNAIS DE BRAGA: LINHA E ACÇÃO POLÍTICA		
Título	Antes da revolução	Pós revolução
<i>O Amigo da Religião</i>	“Órgão da Liga do Clero Parochial, do Clero Secular e da Venerável Irmandade dos Clérigos Pobres de Lisboa, ou Monte-Pio do Clero”	“Órgão da Liga do Clero Parochial, do Clero Secular e da Venerável Irmandade dos Clérigos Pobres de Lisboa, ou Monte-Pio do Clero”
<i>O Bracarense</i>	“Defensor dos interesses locais”	“Defensor dos interesses locais”
<i>O Combate</i>	“Órgão do Partido Nacionalista”	“Nacionalista”
<i>O Comércio do Minho</i>	“Independente”	“Independente”
<i>O Correio do Norte</i>	“Regenerador Liberal”	“Defensor dos interesses do paiz e do districto”
<i>Notícias do Norte</i>	*	“Republicano Radical”
<i>A Opinião</i>	“Independente”	“Independente”
<i>O Radical</i>	“Republicano”	“Republicano”

* Este jornal esteve suspenso de 1907 a Dezembro de 1910.

Em termos públicos, apenas dois títulos (*O Combate* e *O Correio do Norte*) assumiram publicamente uma mudança editorial no período pós-revolução. Tal não implica necessariamente uma mutação efectiva no seu conteúdo, nem sequer que os outros jornais, que não alteraram as inscrições da primeira página, não tivessem, por sua vez, remodelado a sua linha de orientação. Por outro lado, a correspondência entre estas posições públicas e a tendência ideológica dos textos jornalísticos não é necessariamente directa, nem linear. Por fim, salientamos a existência de dois jornais republicanos na cidade Braga, *O Radical*, publicado desde 1898, e o *Notícias do Norte*, desde 1903, embora este último tenha sofrido interrupções na publicação.

A COBERTURA DA REVOLUÇÃO E DO INÍCIO DA REPÚBLICA

Na nossa investigação tivemos a oportunidade de fazer uma análise diacrónica e comparações sincrónicas entre os jornais, com o objectivo de pôr a claro as reacções dominantes e apresentarmos as diferenças de tratamento temático relativas ao tema geral da revolução de 5 de Outubro, assim como as mudanças registadas. Juntamente com a identificação dos temas, salientamos os valores expressos ou implicados, de forma a relevar a força ilocutória do discurso ou o projecto social específico que a imprensa, enquanto actor social, define e realiza.

Com este objectivo, analisámos todos os artigos referentes à queda da Monarquia, que continham as palavras-chave “revolução”, “implantação”, “República” e sinónimos. Verificámos que a totalidade dos jornais existentes na cidade de Braga tratam o tema da revolução, publicando no total do período analisado noventa e nove textos (ver Quadro 5).

QUADRO 5		
NÚMERO DE ARTIGOS POR CLASSE DE PERIÓDICOS E POR JORNAL		
Título	Número	1ª Página
Bisemanários	41	
<i>O Correio do Norte</i>	41	32
Trisemanários	18	
<i>O Comércio do Minho</i>	18	12
Semanários	40	21
<i>O Amigo da Religião</i>	11	5
<i>O Combate</i>	10	6
<i>O Bracarense</i>	8	3
<i>O Radical</i>	6	3
<i>A Opinião</i>	3	2
<i>Notícias do Norte</i>	2	2
Total	99	65

A distribuição dos textos pelos jornais vai de 41 (*O Correio do Norte*) a dois itens (*Notícias do Norte*). O mês de Outubro reúne o maior número de textos (46), sendo que a média nos três meses analisados é 33. Também é durante o mês de Outubro que o número de jornais participantes é maior (seis). A partir deste mês, a produção de textos diminui, bem como o número de jornais intervenientes (em Dezembro produzem-se menos de metade dos textos, na metade dos jornais). De notar que tanto *O Radical* como o *Notícias do Norte* não produzem textos em Outubro. O motivo está na interrupção da edição que ambos sofrem, retomando o primeiro a actividade em Novembro, e o segundo apenas em Dezembro. Realçamos o facto de apenas dois jornais, *O Amigo da Religião* e *O Correio do Norte*, terem uma produção continuada de artigos sobre o assunto. A regra, no total dos jornais analisados, é de mais de um texto por edição.

Os semanários e os bissemanários fornecem mais de 80% da informação relacionada com a implantação da República. No grupo dos semanários, *O Amigo da Religião*, *O Combate* e *O Bracarense* apresentam uma produção mais homogénea, e produzem cerca de 79% do total dos artigos do conjunto dos semanários. Relativamente aos bissemanários, *O Correio do Norte* sozinho publica mais artigos que o total dos semanários (41 para 40). No grupo dos trissemanários, um título, *O Comércio do Minho*, produz cerca de 18,8% da matéria analisada. A produção dos textos concentra-se, portanto, num grupo de cinco jornais dos oito analisados, sendo que todos os títulos optam por inscrever o assunto na primeira página.

As categorias redaccionais mais usadas são as de opinião, de análise e reflexão (artigos, entrevistas, editoriais e bilhetes). As de carácter noticioso ocupam apenas 15,15% da massa dos textos, num total de quatro títulos de jornais. Cerca de 43,4% dos textos são artigos, aparecendo em todos os jornais do *corpus*. As entrevistas estão em segundo lugar (20,20%), e os editoriais (16%) em terceiro lugar em número de textos. O grupo de textos interpretativos e opinativos constitui, portanto, a massa maioritária dos textos (79,79%), o que impõe o carácter opinativo como dominante no conjunto dos jornais analisados. Apenas metade dos títulos incluem o género noticioso.

A atenção sobre o tema geral “República” é claramente maioritária, tanto em número de artigos (61), como em número de jornais (oito jornais) e na frequência de artigos na primeira página. A posição dos jornais face à República é desfavorável na maioria dos artigos. Vejamos.

Dentro do tema República, a subcategoria que aparece em primeiro lugar é a “acção das forças políticas republicanas”, nomeadamente a discussão em torno das actividades revolucionárias durante a Monarquia e também nos dias da revolução, e a acção do Governo Provisório. Relativamente à acção revolucionária, a direcção é neutra, pois os jornais ape-

Ecos do Minho.



nas se limitam a expor os relatos, sem fazerem qualquer comentário, embora lhes dêem uma importância fundamental, pois colocam-nos na primeira página. Todos estes textos surgem na forma de citação integral de peças publicadas no jornal *A Capital*. Este é o título lisboeta utilizado por todos os jornais como fonte de informação sobre a acção das forças republicanas.

O mesmo não acontece face à acção do Governo provisório. A maioria dos textos faz uma crítica acérrima e aberta deste Governo. O estado da República é qualificado de periclitante, dada a orientação seguida pelo Governo, principalmente no campo religioso, correndo por isso, o perigo de “revoltas populares (*O Correio do Norte*, 2 de Dezembro de 1910) e até de “restauração Monárquica” (*O Correio do Norte*, 20 de Dezembro de 1910). A política do Governo provisório aparece qualificada como “sectária” (*O Combate*, 25 de Novembro de 1910), “ditatorial”, “anti-religiosa” e “anti-liberal”, apontando-se a consulta da vontade da nação por sufrágio como sendo a solução para a sobrevivência do regime republicano. Conforme advoga *O Correio do Norte*, a 2 de Dezembro de 1910, este regime não foi pedido pela nação, não estando sequer o país preparado para essa mudança. *O Radical* é o único jornal que elogia o procedimento dos estadistas republicanos, especialmente face aos “seus encarniçados inimigos de ontem”, “acumuladores e jesuítas” (*O Radical*, 19 de Novembro de 1910). E a atitude dos estadistas republicanos surge caracterizada como “generosa e benévola”, “um trabalho de saneamento e defeza absolutamente indispensável à consolidação da República” (*O Radical*, 19 de Novembro).

Temos também um conjunto de textos, publicados em todos os periódicos analisados, onde os jornais declaram explicitamente a sua posição face ao Governo Provisório e/ou sua política e membros. Todos eles são publicados na primeira página. Há três semanários que apoiam de uma forma mais ou menos explícita o Governo provisório e/ou a sua política. *O Amigo da Religião* limita-se a afirmar que “confia nesse grupo de homens”, enquanto que tanto *O Radical*, como o *Notícias do Norte* manifestam o seu apoio pleno, não só ao Governo, como à sua política: “apoiamos o Governo provisório da República Portuguesa, porque para se constituir uma pátria nova (...) urge que se comece por despedir certos golpes de morte (...) sobre todos os acumuladores e jesuítas” (*O Radical*, 19 de Novembro de 1910); “temos de dar graças à Divina Providência por tão bem nos ter compreendido presenteando-nos com tais paternos e dedicados dirigentes, que tudo sacrificam ao bem-estar moral, intelec-



Imparcial.

tual e psysico deste bom povo portuguez” (*Notícias do Norte*, 11 de Dezembro de 1910).

O Combate, *O Correio do Norte* e *O Bracarense* assumem uma posição de crítica, oposição e protesto face à política governamental. O semanário *O Combate* condena o programa religioso governamental, defendendo a superioridade dos “sagrados interesses de Deus e da Pátria”. Diz acatar as instituições republicanas, mas não o Governo, a quem declara “aberta e irredutível oposição”: “o vosso nome passará, a vossa obra há-de perecer, mas a instituição divina (...) ficará. Ficarão bárbaros, a Igreja não morre” (20 de Outubro de 1910). Noutro editorial, reage ferozmente à ordem dada pelo Governo de suspensão de publicação, sob a acusação de conspiração contra as instituições republicanas. A falta de fundamentação e arbitrariedade desse acto governativo são os pontos mais criticados. O jornal aproveita este caso para reafirmar a sua posição de combate ao Governo, dizendo “ter esperança numa reacção cristã. O povo esclarecido há-de derrubar a vossa obra no embate legal da Assembleia Constituinte” (*O Combate*, 17 de Novembro de 1910). No bissemanário *O Correio do Norte* critica-se a atitude das autoridades republicanas face aos monárquicos, acusando-as de não respeitarem os direitos dos cidadãos e a liberdade: “mas tratava-se de republicanizar monárquicos e não há nada melhor para republicanizar um monárquico como persegui-lo. A melhor maneira de apanhar moscas é deitar-lhes vinagre” (*O Correio do Norte*, 29 de Novembro de 1910). Critica-se também a decisão governamental de mudar a cor da bandeira nacional, defendendo-se a continuação da bandeira azul e branca “que cobriu de glória a pátria”. O semanário *A Opinião* centra a sua atenção no programa religioso do Governo para o criticar e condenar.

Por fim, temos os subtemas com um menor número de textos, dedicados à proclamação da República propriamente dita. Dois textos de carácter noticioso, um de *O Amigo da Religião*, publicado a 9 de Outubro de 1910, e dois editoriais, divulgados por *O Comércio do Minho* e por *O Correio do Norte*. *O Comércio do Minho* e *O Correio do Norte* são os únicos jornais que falam abertamente das implicações da mudança de regime na política editorial por eles seguida. *O Comércio do Minho* afirma “continuar sendo exactamente o que tem sido: independente” (11 de Outubro de 1910). Pelo contrário, *O Correio do Norte* considera terminada a “sua missão política” e muda o seu lema: “Pro Pátria Omina é o lema da benemérita Sociedade de Propaganda de Portugal e será d’ ora avante o nosso” (18 de Outubro de 1910).

Para além de temas associados à República, os periódicos colocam a ênfase em temas relacionados com o regime cessante, a Monarquia. Sete dos oito jornais analisados abordam este tema. Nestes textos, a ênfase recai na relação entre a situação política e social da Monarquia e as instituições políticas, forças militares e o poder real. A percentagem dos artigos onde os jornais manifestam uma posição favorável à Monarquia é muito maior (37,5%) comparativamente com aqueles onde manifestam uma posição favorável à República (13,1%). Neste tema, o rei constitui o centro das atenções, logo seguido do tema “Exército monárquico e a revolução” e “políticos monárquicos”. Cinco jornais falam sobre o rei, a maior parte na primeira página, referindo a posição, o estado e o comportamento do monarca e da família real, tanto na Monarquia, como na revolução e no exílio. Os jornais elogiam o rei, que surge como vítima da ambição partidária, essa sim responsável pela “agonia da Monarquia”. Quanto ao comportamento do rei e da família real durante os acontecimentos da revolução, a atenção incide nas causas que levaram à fuga do rei do país. O rei aparece no papel de vítima da traição dos seus ministros: “D. Manuel foi enganado vilmente pelo seus ministros, fazendo-lhe acreditar que o movimento seria sufocado” (*O Bracarense*, 23 de Outubro). Mas é sobre o rei no exílio que é produzido o maior número de textos, na forma de notícias, por três jornais, notícias construídas com base em citações de telegramas, abstendo-se os jornais de qualquer comentário sobre o assunto. Outro dos subtemas abordados a propósito da Monarquia, por três jornais, trata o comportamento da defesa militar monárquica na revolução. *O Correio do Norte*, o jornal que sobre este tema apresenta mais artigos, cita na íntegra entrevistas feitas a monárquicos responsáveis pela segurança das instituições. Neste debate, é comum a referência à apatia, à desorganização e à traição das forças militares monárquicas, embora este jornal também publique textos favoráveis, todos referentes à acção de Paiva Couceiro, o “único adversário sério da revolução” (*O Bracarense*, 23 de Outubro). Sobre os políticos monárquicos, tanto na Monarquia, como durante a revolução, *O Bracarense*, *O Correio do Norte* e *O Radical* acusam-nos de ambição, traição e negligência: “a Monarquia caiu por culpa dos monárquicos” (*O Correio do Norte*, 21 de Outubro); “caiu ingloriamente a Monarquia. Quem a enterrou foram os seus péssimos servidores depois duma agonia de miséria e luta de cafres” (*O Bracarense*, 9 de Outubro).

Em jeito de sumário, realçamos uma homogeneidade na escolha dos temas a propósito da revolução. No entanto, nota-se variação em termos de posicionamento. Face à República (incluindo face à acção do Governo provisório), *O Amigo da Religião*, *O Bracarense*, *O Combate* e *O Correio do Norte* apresentam uma maior percentagem de textos de direcção negativa. O jornal *A Opinião* apenas escreve dois artigos sobre o tema República, sendo um negativo e outro neutro, embora o primeiro esti-



Ilustração Católica.

vesse na primeira página. *O Radical* e o *Notícias do Norte* têm claramente uma atitude positiva e *O Comércio do Minho* uma direcção neutral, quer dizer, de resignação face à mudança de regime. Portanto, podemos afirmar que os jornais com uma posição favorável à República são minoritários. Relativamente à Monarquia, o assunto é explorado em sete jornais (*Notícias do Norte* não inclui textos sobre o assunto), mas num número menor de textos. Em três dos títulos, *O Bracarense*, *O Combate* e *A Opinião*, a Monarquia é tratada favoravelmente; em *O Correio do Norte* e em *O Radical* de forma negativa, apresentando *O Amigo da Religião* uma posição neutra e *O Comércio do Minho* um igual número de textos positivos e negativos.

Os títulos que se manifestam contra a República acusam-na (e ao Governo Provisório) de despotismo e representam-nos como separados de valores como a liberdade e a igualdade. Maiores acusações caem sobre o Governo. É acusado de sectarismo (religioso ou maçónico), de clientelismo, de violar a liberdade política, as liberdades dos cidadãos, não respeitando os seus direitos, nem sequer a sua vontade, e as liberdades e direitos dos crentes. Segundo estes periódicos, o interesse e o clientelismo constituem os motores da acção governamental. Mas não se limitam a acusar e a condenar. Também reivindicam e prescrevem o caminho a seguir (a realização de eleições, o respeito pelo direito da Igreja, do clero e dos católicos; a igualdade no direito de propriedade, no direito de gozar a liberdade de pensamento; uma política de verdade, de razão e de direito), referindo a integridade do seu poder a várias imagens simbólicas, expressões da unidade social, como sejam Deus, Pátria, interesse colectivo e vontade geral da nação.

Face à Monarquia, *O Radical* é o único que quebra a sintonia do discurso da imprensa sobre o assunto, ao considerar negativa a possibilidade da Monarquia vir a ser restaurada. *O Combate*, *O Bracarense*, *O Comércio do Minho* e *O Correio do Norte* revelam algumas contradições nas suas posições, mas a tendência parece ser de defesa da Monarquia. *O Bracarense*, por um lado afirma aceitar a República, e por outro, diz-se não resignado perante a derrota da Monarquia. Presta homenagem apenas à Monarquia. *O Combate* diz respeitar a República como regime, mas opõe-se ao despotismo do Governo. Perante a Monarquia, homena-

geia os leais e condena os traidores. *O Comércio do Minho* afirma respeitar a República, mas defende abertamente a Monarquia e apresenta testemunhos da família real sobre a revolução e sobre a possível restauração deste regime. *O Correio do Norte* paradoxalmente aceita e opõe-se à República, mas homenageia e defende o rei e os valores monárquicos, condenando os traidores. *O Combate* é o único título que não toma uma posição pública e declarada face à República, mas condena todos aqueles que atraíram a Monarquia. Exige do Governo Provisório o respeito por Deus, e é em nome de Deus que afirma combater o Governo.

Do confronto dos valores em jogo no discurso dos periódicos face à República e face à Monarquia, notamos a presença de um eixo comum entre eles, com a excepção de *O Radical* e do *Notícias do Norte*, ambos jornais republicanos. Desse eixo fazem parte os seguintes valores: o bem comum, a moralidade e a religião. Assim, a imprensa manifesta uma atitude negativa face ao Governo e à República, ou por estarem separados de valores que integram aqueles campos semânticos, ou por realizarem valores opostos. Em oposição, representa-se como realizando esses valores (Deus, pátria, interesses colectivos, liberdade, ordem e progresso) e acima de qualquer interesse político. Parece ser evidente a natureza ideológica deste discurso, pela sua pretensão ao universal, pelo uso de valores sociomorais, eticomorais, religiosos e culturais que desenvolvem laços de solidariedade colectiva, e pela sua função dissimuladora, de ocultação de interesses. Num período em que a sociedade portuguesa em geral, e a bracarense em particular, viu a sua identidade ameaçada pelos novos acontecimentos políticos, a imprensa indica onde reside o interesse de todos, procurando criar um consenso. Contra as oscilações do poder político, reproduz o modo habitual da vida social, a continuidade dos valores. No entanto, a análise revela que esta colagem ao interesse geral se faz com o propósito de legitimar a autoridade da imprensa, e assim proteger o privilégio e poder de determinados grupos sociais.

A REVOLUÇÃO E O INÍCIO DA REPÚBLICA: COBERTURA POR JORNAL

O AMIGO DA RELIGIÃO

“Quarta-feira, como os nossos leitores por certo bem sabem, foi proclamado o regimen republicano em Lisboa, depois de dois dias de porfiada e sangrenta lueta entre as tropas fiéis à Monarquia e as forças de mar e terra revoltadas e auxiliadas pelo povo.” (9 de Outubro de 1910).

Publicado em Braga desde 1888, este semanário, órgão da arquidiocese de Braga, adopta perante a República uma posição negativa e face

à Monarquia uma posição neutra. Mas a sua preocupação reside em explicitar a sua posição face à República. O clero, a Igreja, os católicos e as ordens religiosas constituem os grupos cujos interesses parece defender. Daí que todo o seu discurso gire em volta da relação religião e seus grupos e República e/ou Governo provisório. Considera que estes não trouxeram nada de positivo. Pelo contrário. Puseram em perigo a continuidade dos grupos que representa. A acção do Governo Provisório resulta ainda mais injusta e arbitraria, uma vez que o jornal declara publicamente a sua aceitação (e até adesão) ao novo regime, bem como a sua confiança no Governo. Consideramos esta posição estratégica, dado que é através dela que o jornal procura defender-se de eventuais acusações de conspiração e coloca o clero como vítima da falta de “tolerância”, do “desrespeito” e do “sectarismo” republicanos.

Outro dos elementos da estratégia deste jornal consiste em fazer uma colagem entre os interesses do clero e os interesses dos cidadãos e da pátria para legitimar as suas reivindicações e a sua oposição. Assim exige que o Governo não actue conforme as insinuações *anti-religiosas* e *anti-católicas da maçonaria*, mas respeite a *vontade de todos*; garanta a todos os cidadãos *igualdade* no direito de gozar as *liberdades públicas*, a *justiça*, *imparcialidade* e *independência na regulamentação do uso da liberdades e direitos*, o respeito pelos *direitos* da Igreja, dos católicos e do clero. Condena o Governo e a República por porem em perigo a *pátria*. Em oposição, *O Amigo da Religião* aparece como defensor de valores como as *liberdades públicas*, a *integridade*, a *felicidade* e o *progresso da pátria*. Com esta representação, pretende defender os interesses do clero, exigindo, por exemplo, o respeito pelo *direito de propriedade da igreja*, a *igualdade no direito de gozar a liberdade de associação*, ou a restituição dos *bens confiscados à Igreja*.

Relativamente à Monarquia, faz coro com os restantes (com excepção de *O Radical*), atribuindo todos os males não ao regime, mas aos servidores da mesma que, pela sua *conduta imoral*, *incompetência* e *falta de liberalismo*, atentaram contra os *interesses da pátria e igreja*.

O BRACARENSE

“Cahiu ingloriamente a Monarquia. Quem a enterrou foram os seus péssimos servidores depois d’ uma agonia de miséria e luta de cafres, que se diziam irmãos, sob uma gloriosa bandeira que tremulou nos Pyri-neus.” (9 de Outubro de 1910).

O semanário mais antigo de Braga, e dito defensor dos interesses locais, produz um discurso essencialmente de natureza avaliativa, prestando atenção especial à Monarquia e aos monárquicos *versus* República, ao contrário de *O Amigo da Religião*.

A posição de *O Bracarense*, ao invés do que afirma, não é de neutralidade política, nem de defesa dos interesses locais, mas de defesa da Monarquia, embora declare aceitar a República. A estratégia caracteriza-se pelo uso de figuras colectivas, como sejam a *pátria, nação, vontade popular* e os *interesses colectivos*, para defender e justificar os seus interesses. Dirige o seu discurso predominantemente ao Governo provisório, numa atitude autoritária, apontando-lhe o que deve fazer e o que não deve fazer para satisfazer as exigências do *bem comum*. Coloca a ênfase na ausência de marcação de eleições. Deste modo, acusa o Governo de ilegitimidade por não representar a *vontade geral da nação*, e sai ele próprio valorizado por defender os *interesses gerais*.

A posição real do jornal evidencia-se na atitude que toma face à Monarquia e face aos monárquicos. Enquanto que, no geral, não qualifica positivamente as novas instituições, elogia os monárquicos, com o título de *democratas, liberais, progressistas, e patriotas*, todos valores que a República e seus representantes não realizam. Por outro lado, a Monarquia sai valorizada pelo papel que lhe é atribuído como *vítima da ambição* e da *traição* dos seus servidores. *O Bracarense* toma uma posição clara na condenação dessa *deslealdade*, e presta homenagem à *fidelidade* à Monarquia.

O COMBATE

“Estamos onde estávamos, defendendo a peito descoberto, os sagrados interesses de Deus e da Pátria. É caso secundário para nós a proclamação da República, depois que o país na sua maioria aceitou, embora tacitamente, as novas instituições. É um facto consumado (...). Mas uma coisa são as instituições e outra o Governo.” (20 de Outubro de 1910).

Este semanário, publicado desde 1894, está mais na linha de *O Amigo da Religião* de defesa da religião. O Governo é o seu principal inimigo. *Deus, Pátria, vontade nacional, interesses do povo e religião*, constituem os valores de unidade social que o jornal diz representar e que pretende defender contra o Governo, acusado de *autocracismo, despotismo, sectarismos* e de *maçonarismo*. Mais do que defender, combate o Governo em nome daqueles valores e exige da República *liberdade, igualdade e democracia*. Do uso de associações entre as figuras de Deus e pátria, e religião e interesses do povo, resulta uma valorização da religião que surge como exterior e superior, capaz de operar a síntese das vontades individuais. Deste modo, justifica a sua posição de defesa dos interesses de determinados grupos, como as ordens religiosas ou os católicos.

Face à Monarquia, homenageia os monárquicos que *defenderam* o regime na revolução e critica aqueles que aderiram à República *por interesses económicos*.

O COMMÉRCIO DO MINHO

“As manifestações republicanas que se deram em Lisboa na noite de segunda-feira, a propósito do assassinato do dr. Miguel Bombarda, a que nos referimos n’outro lugar, foram seguidas de acontecimentos gravíssimos na madrugada de terça-feira, de que apenas podemos dar uma pequena ideia, visto não haver notícias exactas, por estarem cortadas as comunicações.” (6 de Outubro de 1910).

Trissemanário, dito independente, então com 49 anos de idade, o segundo jornal mais antigo da cidade de Braga à época produz um discurso onde o Governo Provisório tem um papel secundário, ao contrário dos outros periódicos. A República e a Monarquia constituem os alvos da sua atenção. O jornal declara continuar a ser independente na República e lutar pela *religião, pátria e bem geral da nação*. Representa a República em oposição aos valores que defende: como sendo *anti-clerical, contra a Igreja e religião*, como constituindo um *perigo para a pátria* e como sendo *repressiva*. Em contraste, elogia D. Manuel pelo seu *patriotismo, defesa dos interesses do povo e respeito pela sua vontade*, e por ter o *apoio da maioria da nação*. A figura do rei é favorecida também porque o jornal o coloca no papel de *vítima da imoralidade dos servidores monárquicos*. D. Manuel encarna os valores que *O Comércio do Minho* diz defender, enquanto a República os põe em perigo.

Concluimos que este jornal defende e pretende impor os interesses monárquicos, apesar de se declarar independente. A neutralidade política e a identificação com o interesse geral constituem elementos centrais na estratégia de *O Comércio do Minho*.



Comércio do Minho.

O CORREIO DO NORTE

“Os acontecimentos políticos que ultimamente se deram no país determinaram a suspensão temporária da publicação d’ este jornal”. (18 de Outubro de 1910).

Único jornal que declara ter mudado a sua orientação editorial após a revolução. De “Regenerador Liberal” passa a defensor dos interesses do país e do distrito, tendo como ideais a *liberdade, a regeneração e o progresso da pátria* e de Braga. Das três entidades que preenchem a imagem

da revolução, dedica mais espaço à Monarquia. Em oposição aos outros jornais, não fala do Governo Provisório. Face à República, a sua posição revela alguma contradição: primeiro afirma aceitar a República e depois não reconhece a sua legitimidade, alegando que o novo regime não foi sancionado pela *vontade popular*. Condena a República pelas falsas *liberdade, igualdade e fraternidade*, e exige liberdade.

A Monarquia ergue-se como a única entidade que o jornal elogia, homenageia e defende. Tal como *O Comércio do Minho*, *O Bracarense* e *O Amigo da Religião*, coloca D. Manuel como vítima da falta de moralidade e de competência dos seus vassallos, e como distinto destes pela sua superioridade moral. A Monarquia, enquanto regime, surge também na posição de vítima. Tanto a Monarquia como D. Manuel realizam os valores que a República não satisfaz ou nega, e que o jornal defende: D. Manuel é qualificado como *democrata, patriota e liberal*, como tendo o *apoio da nação*, ao contrário da República acusada de *despótica* por não ter sido sancionada pela *vontade popular*.

Parece-nos que *O Correio do Norte* revela na sua cobertura uma forte tendência monárquica, apesar de se apresentar como defensor dos interesses locais e do distrito. A estratégia do seu discurso assenta no mesmo tipo de valores presentes nos outros jornais: a *pátria, vontade popular, liberdade, igualdade e a fraternidade*. O recurso a este tipo de valores de unidade social, que conferem ao jornal uma certa superioridade moral face à República, garantem a legitimidade da sua oposição e das suas exigências, ao mesmo tempo que ocultam os seus verdadeiros interesses.

A OPINIÃO

“Após os últimos acontecimentos de Lisboa foi proclamada a República em Portugal. Os monárquicos assim o quizeram. Aqui procedeu-se anteontem á proclamação, assistindo ao acto parte do Regimento d' Infantaria 8 com a respectiva banda. Foi nomeado governador civil d' este distrito o sr. dr. Manuel Monteiro”. (9 de Outubro de 1910).

Mais na linha de *O Amigo da Religião* e de *O Combate*, *A Opinião* defende *Deus* e o *Catolicismo* contra o *maçonarismo* e *ateísmo* do Governo republicano. Não respeitando Deus, o Governo age contra os *interesses do povo*, a *liberdade* e o *progresso*. De novo a *religião* é usada como símbolo da *solidariedade colectiva* e do *bem geral*. Mais uma vez, o Governo representa a sua negação ou está disjunto deles. Da Monarquia, faz ressaltar D. Manuel, que representa, com os outros jornais, no papel de vítima da *corrupção*, da *ambição* e dos *interesses* das autoridades monárquicas.

O RADICAL E O NOTÍCIAS DO NORTE

“Apesar da intensa campanha de difamação e de perseguição acintosa maquiavélica contra os republicanos portugueses, estes, n' um heróico e supremo esforço, conseguiram fazer triumphar a sua causa (...).” (*O Radical*, 19 de Novembro de 1910).

São a contra-voz que se opõem à voz colectiva da imprensa de Braga, representando as novas forças republicanas. *O Radical* existia na cidade desde 1898, e o *Notícias do Norte* desde 1907. Como este jornal apenas retomou a sua publicação em 11 de Dezembro de 1910, tendo publicado apenas dois textos sobre a República, o nosso destaque vai para o discurso do jornal *O Radical*.



O Radical.

Face aos restantes títulos, ora mais defensores da Monarquia, ora mais defensores de interesses religiosos, *O Radical* é único a celebrar a vitória da República sobre a Monarquia e a elogiar a acção do Governo Provisório no plano religioso. Daí a natureza polémica do regime do seu discurso, e a demarcação da consensualidade reinante. *O Radical* retoma o discurso dos outros jornais, mas na forma inversa. Chega a retomar o discurso de *O Combate* (e vice-versa) para o subverter e mesmo para lançar ameaças de repressão ao que qualifica de actividade conspirativa. Elogia a República pelo *patriotismo*, pela *benevolência* e *generosidade* demonstradas, apoia e elogia a acção do Governo contra as *ordens religiosas e monárquicas*, qualificando-a de *fraterna* e *complacente*. Chega mesmo a apelar à *repressão dos monárquicos* que intitula de *conspiradores*, *ambiciosos* e *falsos patriotas*. Condena a Monarquia por ter atentado contra os *interesses do povo*, contrapondo a luta do Governo republicano pela *causa popular*, a sua obra de *regeneração social e moral* e de *salvação da nacionalidade*.



Notícias do Norte.

COMENTÁRIOS FINAIS

A imprensa bracarense, tal como grande parte da imprensa da época, é essencialmente de opinião. À excepção de dois jornais, que se dizem independentes, todos se apresentam publicamente envolvidos numa ideologia ou confissão. A implantação da República constitui, sem dúvida, um tema propício à manifestação de opiniões e defesa de valores, tanto por contraste, como por aceitação e reforço. O carácter não noticioso da cobertura que os jornais da cidade fizeram deste acontecimento histórico e social veio confirmar as nossas expectativas. Na verdade, a percentagem de textos jornalísticos puramente informativos é irrisória no total analisado. No entanto, também estão presentes. E é verdade que importa analisar em detalhe os textos publicados sobre o assunto para mostrar os valores defendidos, bem como a variação de posições. Assumir que a linha inscrita na primeira página é suficiente para avaliar a posição dos jornais face à revolução e ao Governo Provisório republicano pode, portanto, induzir em erro e ocultar a diversidade.

Relativamente aos temas abordados a propósito da revolução, saliente-se que o acto revolucionário em si teve um eco bastante discreto na imprensa. À sua organização, eclosão e evolução foram dedicados poucos textos. Os jornais apenas se limitaram a participar o facto, agindo ou como se o público já estivesse informado (o que não parece plausível, uma vez que tudo se passou em Lisboa, sendo no resto do país a proclamação feita por telégrafo), ou no intuito de diminuir a sua importância. A queda da Monarquia, dado o estado de desintegração das estruturas sociais e políticas que era do conhecimento público e perante o qual havia um sentimento nacional de revolta, foi aceite tacitamente pela imprensa. No entanto, quando abordam o tema Monarquia, a figura do rei é sempre defendida, culpando-se os políticos pela decadência do regime. Dito de outra forma, o que se critica não é o regime monárquico, mas a acção política dos seus representantes. No que diz respeito à República, os aspectos mais criticados da política governamental são os que pela sua natureza constituem uma ameaça à tradição e ao conservadorismo: o anticlericalismo e o programa anti-religioso em geral. Apenas os jornais republicanos elogiam e defendem a acção dos representantes da República no Governo Provisório.

Ao promover valores estáticos, ao querer que a República seja a reprodução do passado monárquico, a imprensa dá provas do seu conservadorismo, e promove o imobilismo para que as situações de privilégio se mantenham. Sob uma capa de neutralidade política e de identificação dos seus interesses com os da sociedade bracarense, a imprensa comporta-se como sendo a dona da justiça, com o dever de lutar contra a República que “ameaça o bem geral”. Daí a natureza ética do discurso, onde se apontam os princípios normativos que devem guiar a conduta